

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 10 a 17 de outubro de 2023
PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO CRIMINAL Nº. PROCESSO:
0020020-97.2016.8.10.0001 Apelante: Clenilson Santos Defensor Público:
Lúcio Lins Siqueira Ramos Apelado: Ministério Público Estadual Promotor:
Wlademar Soares de Oliveira Relator originário: Des. Antônio Fernando
Bayma Araújo Revisor e Relator para o Acórdão: Des. José Joaquim
Figueiredo dos Anjos Procuradora: Dr^a. Flávia Tereza de Viveiros Vieira
ACÓRDÃO Nº. _____ EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO
CRIMINAL. TRÁFICO. DESCLASSIFICAÇÃO. PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO.
DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. 1. Durante a instrução, as testemunhas
confirmaram a informação de comércio, inclusive, do réu pertencer à facção
criminosa e que o mesmo assumiu a propriedade da droga em sua residência
em um depósito plástico no quintal. Diante disso, está caracterizado o
tráfico, não sendo caso de desclassificação para uso do artigo 28 da Lei
nº. 11343/2006, até porque o Apelante tinha grande quantidade de drogas em
depósito. 2. Quanto ao porte de arma de uso restrito artigo 16 da Lei
10.826/2003, a arma apreendida (espingarda/escopeta 12, marca Rossi,
calibre.20), voltou a ser reclassificada como tal (de uso restrito) pelo
Decreto nº. 11615 de 21 de julho de 2023, em seu artigo 12, V, a, mesma
situação existente quando de sua apreensão com o Apelante. 3. Apelação
conhecida e desprovida. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da
Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão,
por maioria de votos e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral
de Justiça, conhecer da presente Apelação Criminal e, no mérito, negar-lhe
provimento, nos termos do voto do Desembargador José Joaquim Figueiredo
dos Anjos, contra o voto do Desembargador Relator Antônio Fernando Bayma
Araújo que deu provimento ao Recurso. Votaram neste julgamento os Senhores
Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araújo, José Joaquim Figueiredo dos
Anjos, Samuel Batista de Souza. Presidência do Excelentíssimo
Desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo. Funcionou pela Procuradoria
Geral de Justiça a Domingas de Jesus Froz Gomes. São Luis, 10 de outubro
de 2023 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos Relator para o Acórdão
(ApCrim 0020020-97.2016.8.10.0001, Rel. Desembargador (a) JOSE JOAQUIM
FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 24/10/2023)